



POR QUE VENDEM TANTO? O CONSUMO DE HISTORIOGRAFIA
COMERCIAL NO BRASIL EM TEMPOS DE CRISE (2013-2019)¹

*WHY DO THEY SELL SO MUCH? THE TRADE IN COMMERCIAL
HISTORIOGRAPHY IN BRAZIL IN A CRISIS SITUATION*

Rodrigo Perez Oliveira

Universidade Federal da Bahia

rodrigoperez@ufba.br

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar o consumo de historiografia comercial no Brasil contemporâneo, caracterizado por uma experiência de crise institucional que começou em meados de 2013. O corpus de fontes primárias analisado consiste nos livros que, evocando a identidade genérica historiográfica, tiveram sucesso no mercado editorial. Segundo critérios esclarecidos no texto, a análise está concentrada em dois livros: “O guia politicamente incorreto da história do Brasil”, de Leandro Narloch e publicado em 2009, e “A elite do atraso”, de Jessé Souza e publicado em 2017. A hipótese é que o sucesso comercial desses livros se explica pela capacidade dos autores em mobilizar enunciados de síntese explicativa capazes de proporcionar sensação de orientação histórica.

Palavras-chave: Consumo de historiografia comercial, crise institucional brasileira, enunciados de síntese histórica.

Abstract

The purpose of this article is to analyse the trade of the commercial historiography in contemporary Brazil, characterized by an experience of institutional crisis that started in mid-2013. The corpus of primary sources analyzed consists of books that, evoking generic historiographic identity, that were successful in the publishing market. Due to criteria clarified in the text, the analysis effort is concentrated in two specific books: “O guia politicamente incorreto da história do Brasil”, by Leandro Narloch and published in 2009, and “A elite do atraso”, by Jessé Souza and published in 2017. The hypothesis is that the commercial success of these books is explained by the authors' ability to mobilize explanatory synthesis statements capable of providing a sense of historical orientation.

Keywords: Trade of the comercial historiography, brazilian institucional crisis, statements of historical synthesis.

¹ Agradeço aos companheiros e às companheiras do Fórum de Teoria da História e História da Historiografia, que generosamente colaboraram para o amadurecimento da reflexão. Versões preliminares desse trabalho foram apresentadas nas edições de Recife (2018) e Natal (2019) do FTHH.

1. Introdução

Daí resulta que a obra, a qual não deveria exceder a um só forte volume, deverá ser escrita em um estilo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos o coração do que a inteligência: por isso, não devia ser escrita em uma linguagem empolada nem carregada de erudição ou de uma multidão de citações estereis. (MARTIUS, 2010: p. 86)

Se aceitarmos a hipótese de que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) é o berço dos estudos históricos nacionais, podemos dizer que a preocupação em escrever para o “grande público” já se fazia presente nos primórdios da historiografia brasileira. No texto “Como se deve escrever a história do Brasil,” o botânico alemão Karl von Martius estabeleceu diretrizes para a redação de uma história nacional que foram referendadas pelo IHGB no concurso realizado em 1843. Os futuros historiadores brasileiros deveriam ser capazes de “satisfazer os corações” dos leitores “não versados nos altos protocolos da inteligência”.

A orientação de Martius ecoa até nossos dias. Hoje é lugar comum dizer que os historiadores acadêmicos precisam “descer da torre” e escrever para o público não especializado. A historiografia acadêmica viveria uma crise de autoridade pela dificuldade dos historiadores em se comunicarem com os “leitores comuns”. Se existe mesmo uma crise de autoridade da historiografia acadêmica (estou convencido de que existe), os motivos, na minha percepção, são mais complexos do que sugerem os atalhos explicativos que responsabilizam o estilo pela situação. Penso que se o problema fosse apenas esse, a solução não seria das mais difíceis, pois bastaria entregar nossas teses, dissertações e artigos nas mãos de um bom revisor de textos que daria um banho de estilo em nossos sofríveis escritos, deixando-os prontos para o deleite do “grande público”. A discussão é muito mais complexa e tem desdobramentos epistemológicos mais profundos. É esta a questão que pretendo enfrentar neste artigo.

Meu objetivo é examinar os enunciados mobilizados pelos textos que, evocando a identidade genérica historiográfica, encontraram grande acolhida no mercado editorial a partir de 2013, quando tem início a experiência de crise institucional ainda em curso no Brasil². Chamo de “historiografia comercial” os textos que foram amplamente consumidos como livros

² É sempre difícil o exercício da atualização bibliográfica em assunto quente, contemporâneo, como é a crise brasileira. No entanto, acredito ser possível destacar alguns estudos que, a despeito das especificidades, concordam em localizar nas “Jornadas de junho de 2013” o evento fundador da crise brasileira contemporânea. Entre esses estudos estão os trabalhos de Ruy Braga, Luís Felipe Miguel, André Singer, Daniel Pinha, Jessé Souza. No caso do trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos, a ideia de que junho de 2013 é o marco inicial da crise é um tanto matizada, pois o autor argumenta que a desestabilização da democracia brasileira começou em 2005, episódio do “mensalão”. Porém, o autor não nega a importância de junho de 2013, que segundo ele teria “acelerado a evolução da crise” (SANTOS, 2017: p. 93).

de história, pouco importando se seus autores são ou não historiadores de ofício. Segundo Sara Albiéri e Raquel Glezer, o que distingue a historiografia profissional da historiografia amadora são os protocolos que autorizam os textos. Se a historiografia profissional é autorizada por um campo disciplinado relativamente autônomo a ponto de delimitar seus próprios procedimentos e interesses, as “obras fronteiriças” são autorizadas pelas preferências de um público que não tem compromisso com os protocolos que regem o conhecimento histórico disciplinado. Por isso, na prateleira de uma livraria comercial, é irrelevante se o texto foi escrito por um historiador profissional, se passou pelo crivo de uma banca avaliadora, se atende aos critérios de qualidade estabelecidos pela comunidade acadêmica. O que levaria o leitor não especializado a comprar determinado livro que entende pertencer ao gênero historiográfico seria a combinação entre “a propaganda efetivada pela indústria cultural e a expectativa de entretenimento e lazer” (ALBIERI; GLEZER, 2009: p. 37). Proponho hipótese complementar. Acredito que o sucesso dessa historiografia comercial se explica, também, pela capacidade de seus autores em oferecer ao público narrativas de orientação histórica, o que se dá pela mobilização de enunciados de síntese.

O texto está dividido em duas partes: primeiro, examino as fontes da historiografia comercial consumida no Brasil desde 2013. Depois, analiso as diversas propostas de síntese explicativa que marcaram a história de nossa disciplina e a história do pensamento social brasileiro, com o objetivo de esclarecer com mais cuidado o que significa produzir uma síntese histórica.

1.0 - A historiografia comercial brasileira consumida em tempos de crise

As crises políticas são caracterizadas pela hipertrofia do campo político, do espaço de debates e disputas pelo poder. Em situações de estabilidade social e pleno funcionamento das instituições é comum observar certa indiferença em relação ao campo da política institucional, pois as pessoas tendem a estar envolvidas com suas atividades cotidianas. Nas crises, a situação é diferente, já que a desestabilização da realidade “libera energia de politização, aumenta o interesse pelo político e reduz o consenso social” (REMOND, 2006: p. 442). Temos aqui um bom ponto de partida para pensar a situação brasileira após 2013.

Um dos desdobramentos do fortalecimento da “Nova direita brasileira” é a implosão de consensos até então estabelecidos a respeito do passado nacional, especialmente (mas não só) no que se refere à ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985 (CHALLOUB;

PERLATO, 2016). A dimensão golpista da ruptura institucional de 1964 e a natureza ditatorial do regime político estabelecido passaram a ser questionadas por teses negacionistas, o que colocou em xeque a autoridade do conhecimento produzido pela historiografia especializada no tema. Basta lembrar, por exemplo, do dia 28 de agosto de 2018, quando o então Deputado Jair Bolsonaro compareceu à bancada do Jornal Nacional para participar de uma série de entrevistas que o programa estava realizando com os presidentiáveis. Quando perguntado a respeito do golpe e da Ditadura, Bolsonaro argumentou que as forças armadas foram convocadas pela sociedade civil, o que tornaria o conceito “golpe” inadequado para definir aquela experiência. Quando foi informado de que suas ideias contrariavam os estudos desenvolvidos pelos historiadores, o candidato disse: “esqueçam os historiadores!”.

A narrativa negacionista foi reforçada pelo vídeo publicado pela Secretaria de Comunicação do Governo em 31 de março de 2019, onde um ator narra supostas memórias a respeito do 01 de abril de 1964, dizendo que os militares foram “convocados pela nação para a combater a escalada comunista e a corrupção generalizada” (SECOM, 2019). O negacionismo histórico não é fenômeno restrito às altas instâncias do governo. Como mostrou Matheus Pereira (2015), disputas pela interpretação do passado recente brasileiro já vinham sendo travadas na sociedade civil desde 2012, quando foi instalada a Comissão Nacional da Verdade, como fica claro na guerra de narrativas que teve como objeto o verbete “Regime Militar Brasileiro” da enciclopédia universal Wikipedia.

A experiência de crise político/institucional, portanto, é caracterizada pela hipernarrativização da realidade, o que desestabiliza tanto memórias já cristalizadas como as percepções a respeito do tempo presente, provocando sensação coletiva de desorientação, o que tende a aumentar o interesse público pelo passado, que cada vez mais se torna um “bom negócio” (MALERBA, 2014). Esse interesse crescente pode ser verificado nos números relativos ao mercado editorial³. No período aqui estudado foram vários os títulos que, evocando a identidade genérica historiográfica, figuraram nas listas dos livros mais vendidos do gênero de

³ Também é possível perceber o aumento do interesse pelos estudos históricos através dos dados dos vestibulares. No vestibular da Universidade Estadual de Campinas (um dos maiores do Brasil) realizado em 2019, o curso de história figura, pela primeira vez em décadas, entre os dez mais procurados. <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/09/19/vestibular-unicamp-2020-com-historia-entre-mais-concorridos-coordenador-atribui-interesse-ao-tempo-de-crise.ghtml>. Outros indicadores que apontam para o crescimento do interesse do público não especializado nos estudos históricos no Brasil recente foram apresentados por Jurandir Malerba, em texto publicado em 2014, que está devidamente referenciado no final deste artigo.

não ficção. Na delimitação das fontes, utilizei os dados disponibilizados pelo site publishnews e pelas livrarias Amazon e Saraiva. Os títulos selecionados foram: “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” (2009), de Leandro Narloch; a trilogia “1808” (2009), “1822” (2010) e “1889” (2013) de Laurentino Gomes; “Brasil, uma biografia” (2015) de Lilia Moritz Schwarcz e Heloísa Starling; “A elite do atraso” (2017) de Jessé Souza; “O pecado original da República” (2017) de José Murilo de Carvalho; “Homo Deus” (2018) e “Homo Sapiens” (2018) de Yuval Noah Harari (2018); “Sobre o autoritarismo brasileiro” (2019) de Lilia Moritz Schwarcz. Não houve sequer uma semana do período examinado em que texto de história não tenha figurado na lista dos mais vendidos em pelo menos um entre os três catálogos consultados.

Concentro meus esforços de análise em dois textos específicos: “O guia politicamente incorreto da história do Brasil” de Leandro Narloch e “A elite do atraso” de Jesse Souza. A escolha se justifica pelo fato de que ambos os textos ocuparam o topo da lista dos mais vendidos na categoria de não ficção. O livro de Narloch foi o mais vendido entre fevereiro e março de 2014, enquanto o texto de Jessé Souza esteve na posição em novembro de 2017, voltando a ocupá-la em janeiro e junho de 2018. Até o momento em que escrevo este artigo, nenhum outro texto socialmente lido como pertencente ao gênero historiográfico *e dedicado tematicamente à história do Brasil* despertou mais o interesse do “grande público” no Brasil recente que os trabalhos de Leandro Narloch e Jessé Souza, que apresentam orientações ideológicas diametralmente opostas e foram publicados pela mesma editora, a “Leya”.

A despeito das diferenças que fizeram dos textos de Narloch e Souza os preferidos, respectivamente, da direita e da esquerda do espectro ideológico brasileiro, há algo comum entre eles que ajuda a explicar o sucesso comercial. Ambos apresentam a seus leitores sínteses explicativas que fazem dois movimentos: denunciam aquelas que seriam interpretações deturpadas da realidade histórica brasileira e apresentam a “verdadeira história”, a tese capaz de orientar os brasileiros e brasileiras no sentido da adequada compreensão do passado.

É hora de jogar tomates na historiografia politicamente correta. Este guia reúne histórias que vão diretamente contra ela. Só erros das vítimas e dos heróis da bondade, só virtudes dos considerados vilões. Alguém poderá dizer que se trata do mesmo esforço dos historiadores militantes, só que na direção oposta. É verdade. Quer dizer, mais ou menos. Este livro não quer ser um falso estudo acadêmico, como o daqueles estudiosos, e sim uma provocação. (NARLOCH; 2009, p. 03)

Este livro foi pensado para ser uma leitura historicamente informada da conjuntura recente brasileira. A crise brasileira atual é também, e antes de tudo, uma crise de ideias. Existem ideias velhas que nos legaram o tema da corrupção na política como o grande problema nacional. Isso é falso, embora como toda mentira e toda fraude,

tenha seu pequeno grau de verdade. Nossa corrupção real, a grande fraude que possibilita o resgate do Brasil esquecido e humilhado, está em outro lugar e é construída por outras forças. (SOUZA; 2017, p. 07)

Os dois autores denunciam teses que teriam falseado a história brasileira com fins de manipulação ideológica. Para Narloch, o falso foi produzido por uma “historiografia marxista e militante” que vilanizou os ricos e vitimizou os pobres, fazendo do passado “um simples jogo de interesses”. Entre esses historiadores marxistas, Narloch destaca Décio Freitas, Joel Rufino dos Santos e Clovis Moura. O objetivo dessa “historiografia militante” seria mostrar a história do Brasil atravessa pelo conflito, como se fosse manifestação local da tese da luta de classes formulada por Marx e Engels. Na interpretação de Narloch, o anacronismo dos marxistas brasileiros não era resultado de simples inépcia metodológica, mas sim algo conscientemente pensado para enganar e manipular. As premissas de Jessé Souza são bastante semelhantes às de Narloch, mesmo que os conteúdos ideológicos dos argumentos sejam, como já falei antes, diametralmente opostos. Para Souza, o falseamento da realidade foi produzido por uma representação ideológica travestida de crítica social que interpretou a história brasileira na chave do “patrimonialismo”. Segundo essa interpretação, o Brasil teria herdado de Portugal a incapacidade de separar público e privado, de tratar os assuntos de Estado com o devido distanciamento e racionalidade, o que teria plantado em nós o germe da corrupção. Essa tese teria sido formulada e legitimada pelas “vacas sagradas do pensamento social brasileiro”, começando por Sérgio Buarque de Holanda e chegando até Roberto Da Matta, passando por Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso.

O livro de Narloch foi publicado em 2009, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, que ostentava 87% de aprovação popular. Naquele momento, a força da esquerda petista na política brasileira parecia inabalável. Atuando como intelectual representante da direita alijada do governo federal, Narloch fez de seu “Guia” um texto de ataque. O sucesso do governo de Lula se devia, em grande medida, às políticas públicas compensatórias que partiam da premissa de que a sociedade brasileira tem “dívida histórica” com alguns grupos, como negros e indígenas. É a ideia de “dívida histórica” o alvo dos ataques de Narloch. O trabalho manipulador da “historiografia marxista” teria sido o de forjar, ao longo da década de 1980, essa leitura enviesada da história nacional, inventando a narrativa que seria posteriormente usada pelos governos petistas.

Os ricos só ganham o papel de vilões e se fazem alguma bondade é porque foram movidos por interesses. Já os pobres são eternamente “do bem”, vítimas da elite e das grandes potências, e só fazem besteira porque são obrigados a isso. Nessa estrutura simplista, o único aspecto que importa é o econômico: o passado vira um jogo de interesses e apenas isso. Só se contam histórias que não ferem o pensamento politicamente correto e não correm o risco de serem mal interpretadas por pequenos incapacitados nas escolas. (NARLOCH, 2010: p. 04)

Já o livro de Jessé Souza foi publicado em 2017, sob condições políticas completamente diferentes. O Partido dos Trabalhadores foi derrubado do governo em 2016 por um processo parlamentar controverso e definido como “golpe” por parte da crítica especializada e da opinião pública. Desde 2014, o sistema político brasileiro vinha sendo pautado pela “Operação Lava Jato”, que adotando a narrativa do combate à corrupção rapidamente se tornou sucesso de público e crítica, o que transformou seus líderes em personalidades influentes no debate político nacional. Na interpretação de Jessé Souza, a Lava Jato é o núcleo duro da conspiração golpista que desestabilizou os governos petistas com o objetivo de breca a reestruturação social que vinha sendo promovida desde 2003, quando começou o primeiro mandato presidencial de Lula (SOUZA, 2006). O sucesso da Lava Jato, segundo o autor, se deve à capilarização social da tese do patrimonialismo, que teria tornado hegemônica no pensamento nacional na segunda metade do século XX. Alimentada pelo prestígio dos intelectuais laureados como os mais importantes do Brasil, a ideia de que a burocracia estatal é potencialmente corrupta e corruptora “ganhou o coração dos brasileiros”, constituindo assim o terreno que preparou a acolhida da promessa saneadora da Lava Jato.

O culturalismo vira lata racista entre nós, de Sérgio Buarque a Roberto Da Matta, vê o capital social de relações pessoais, apelidado por eles de “jeitinho brasileiro”, como se fosse uma jabuticaba que só existe no Brasil. Seria, inclusive, a marca de nosso atraso pré-moderno, marca principal de continuidade com Portugal, típico de um povo desonesto e corrupto que só quer levar vantagem em tudo. (...) Uma farsa como a operação Lava Jato jamais teria tido prestígio sem essa ajuda dos intelectuais do viralatismo. (SOUZA, 2017: p. 92)

Para Narloch e Souza, a historiografia politicamente correta e a tese do patrimonialismo não são apenas meras interpretações equivocadas da realidade nacional, como se as ideias fossem realidade outra, apartada do mundo prático, onde homens e mulheres vivem e atuam cotidianamente. Nos esquemas argumentativos elaborados pelos autores, a ação social é sempre prefigurada por uma gramática de ideias. Eles acreditam que as ideias são poderosas e, por isso, devem ser disputadas. Criticar ideias consideradas mentirosas e manipuladoras seria, portanto, ato político de primeira importância. Narloch e Souza se apresentam aos seus leitores como

intelectuais libertadores, que ao denunciarem a farsa e trazerem à luz a “verdadeira história” pretendem fomentar hábitos sociais e políticos virtuosos e potencializar o desenvolvimento nacional.

No processo de fabricação de um espírito nacional, é normal que se inventem tradições, heróis, mitos fundadores e histórias de chorar, que se jogue um brilho a mais em episódios que criam um passado em comum para todos os habitantes e provocam uma sensação de pertencimento. Se este país quer deixar de ser café com leite, um bom jeito de amadurecer é admitir que alguns dos heróis da nação eram picaretas ou pelo menos pessoas do seu tempo. (NARLOCH, 2009: p. 06)

Por conta disso, temos que examinar de que modo a interpretação dominante do país ajudou e pavimentou o trabalho sujo da mídia de distorção sistemática da realidade. Sem essa ajuda dos intelectuais mais respeitados entre nós, que produziram uma interpretação falsamente crítica da nossa realidade, a mídia não poderia ter feito esse trabalho de modo tão fácil. que penetrou tão profundamente no imaginário da população. (SOUZA, 2017: p. 13)

Para Narloch, o atraso se dá pela infantilização coletiva que é resultado de uma leitura simplista da história nacional. Desde o jardim de infância, as crianças brasileiras seriam doutrinadas por uma perspectiva fundada na dicotomia “ricos X pobres”, que ao reduzir a complexidade da realidade teria escondido aquela que seria a grande linha mestra da história brasileira: a tendência ao acordo, à acomodação, onde ricos e pobres são sujeitos ativos e capazes de defender seus interesses usando os recursos disponíveis. Denunciar a mentira e revelar a verdade poderia colaborar para o amadurecimento do povo brasileiro. “Amadurecimento”, para Narloch, significa não culpar o passado (e os ricos) pelas mazelas sociais do presente, não vitimizar os pobres e estimulá-los a buscar melhores condições de vida no esforço e no trabalho e não em políticas públicas compensatórias e “populistas”. Já para Jessé de Souza, os intelectuais consagrados pela Universidade de São Paulo (USP) utilizaram seu prestígio para incutir uma percepção “vira-lata” da realidade no imaginário nacional, segundo a qual o Brasil, por conta de sua herança ibérica, estaria predisposto à corrupção. Essa corrupção endêmica teria seus efeitos mais danosos no plano da burocracia estatal. Por outro lado, a iniciativa privada é vista pelo patrimonialismo como o reino do mérito e do empreendedorismo. O patrimonialismo teria lançado nas sombras aquele que, de fato, seria o grande dilema brasileiro, o aspecto responsável pelo atraso nacional: a escravidão, cujo legado chegou até o presente na forma de uma sociedade desigual, racista e violenta.

Ao pintar em grossas tintas o quadro da história brasileira onde o colonizador português é sempre o opressor e o índio e o negro são sempre os oprimidos, onde os governos militares

foram torturadores e a luta armada de esquerda foi vítima de crimes cometidos contra os direitos humanos, a “historiografia militante”, segundo Narloch, mascarou a complexidade das práticas de negociação e acomodação que marcaram as relações entre esses grupos.

A colonização foi marcada também por escolhas e preferências dos índios, que os portugueses, em número muito menor e precisando de segurança para instalar suas colônias, diversas vezes acataram. Muitos índios foram amigos dos brancos, aliados em guerras, vizinhos que se misturaram até virar a população brasileira de hoje. (NARLOCH, 2010: pp. 08-09)

Por aqui, os escravos tiveram que se adaptar a um novo modo de vida, mas não abandonaram costumes do outro lado do Atlântico. Nas vilas da corrida do ouro de Minas Gerais, nas fazendas de tabaco da Bahia, era comum africanos ou descendentes escravizarem. Como um pedaço da África, cristão e falante de português, o Brasil também abrigou reis africanos que vinham se exilar no país quando a situação do seu reino complicava, embaixadores negros interessados em negociar o preço de escravos, e até mesmo filhos de nobres africanos que vinham estudar na Bahia, numa espécie de intercâmbio estudantil. (NARLOCH, 2010: p. 42)

O regime [a ditadura militar] só endureceu de verdade em dezembro de 1968, com o Ato Institucional número 5. Para justificar essa radicalização, os militares usaram um argumento fácil: era preciso manter a ordem. Durante a reunião de 13 de dezembro de 1968, em que os ministros aprovaram o AI-5, a palavra “ordem”, no sentido de tranquilidade pública, é citada 23 vezes nos discursos. Quem lê esses pronunciamentos hoje fica com a impressão de que 1968 foi uma desordem assustadora. É verdade. De janeiro a dezembro daquele ano, guerrilheiros praticaram pelo menos vinte assaltos a banco e a automóveis, execuções, ataques a quartéis e atentados a bomba que resultaram em nove mortes e causaram ferimentos em soldados, seguranças de banco, motoristas e até pessoas que passavam pela rua. (NARLOCH, 2010: p. 206)

Índios desejosos de largar a aldeia para desfrutar dos confortos da “civilização branca”, que queimavam a floresta para chantagear os jesuítas e inflacionar o preço das “drogas do sertão”. Monarcas africanos que reproduziam seu estatuto aristocrático na América, conseguindo acumular riqueza e escravizar outros africanos. Guerrilheiros de esquerda sem nenhum compromisso com a democracia, cujo objetivo era a instalação de uma ditadura comunista no Brasil, o que teria provocado o endurecimento da ditadura depois de 1968. Esses são os argumentos construídos por Narloch na elaboração de sua “história politicamente incorreta”. Mas o próprio autor reconhece não ser ele o primeiro a “desmascarar” as “mentiras contadas pelos historiadores militantes”. No começo da década de 1990, “o jornalista Paulo Francis falava dos rinocerontes que se passam por historiadores em nosso país”. Logo depois, “apareceram acadêmicos alertas de que não são políticos a escrever manifestos e que tentam elaborar conclusões científicas baseadas em arquivos inexplorados” (NARLOCH, 2010, p. 04). Neste grupo de “novos acadêmicos” dignos de elogios estão importantes nomes da

historiografia acadêmica contemporânea: John Monteiro, Maria Regina Celestino de Almeida, Manolo Florentino e Daniel Aarão Reis, por exemplo. Para Narloch, esses autores superaram os erros e a má-fé da manipulação ideológica de esquerda, mostrando que a violência não foi expediente exclusivo dos colonizadores brancos ou dos governos militares. Seria equivocado, portanto, dizer que o texto de Narloch é uma declaração de guerra à historiografia acadêmica, pois o autor busca legitimar seus argumentos nos trabalhos produzidos por historiadores bastante respeitados pela comunidade científica.

Jessé Souza também convoca aliados no combate ao “viralatismo racista que se travestiu de culturalismo para rebaixar o Brasil no concerto das nações” (SOUZA, 2017, p. 112). O primeiro a ser chamado é Gilberto Freyre, “que lutou bravamente dentro do paradigma do culturalismo racista para tornar ao menos ambígua e contraditória a condenação prévia das sociedades ditas periféricas em relação às virtudes reservadas aos americanos e europeus” (IDEM, p. 28). Freyre se diferenciaria dos “vira-latas” porque elabora uma representação positivada do caráter brasileiro à luz da noção de “herança portuguesa”. Enquanto para Sérgio Buarque de Holanda, a colonização ibérica nos legou o sentimentalismo familiar e o desprezo pela racionalidade, Freyre argumenta que foi graças aos portugueses que o Brasil se tornou uma nação “plástica” e vocacionada à tolerância.

Freyre procurou e conseguiu criar um sentimento de identidade nacional brasileira que permitisse algum orgulho nacional como fonte de solidariedade interna. Foi nesse contexto que surgiu a ideia de uma cultura única no mundo, luso-brasileira, percebida como abertura cultural ao diferente e encontro de contrários. (SOUZA, 2017: p. 28)

O elogio de Jessé Souza não se refere ao conteúdo da interpretação desenvolvida por Gilberto Freyre. Jessé de Souza não endossa a tese da democracia racial. Muito pelo contrário, já que o argumento central do “A Elite do atraso” acusa a escravidão de ter estruturado uma sociedade violenta e racista. O mérito de Freyre, segundo Souza, foi ter elaborado uma imagem positivada da identidade nacional brasileira. A tese de Freyre, no entanto, foi derrotada pelo patrimonialismo de Sérgio Buarque de Holanda na disputa pela hegemonia do pensamento social brasileiro, o que não quer dizer que o autor de “Casa Grande e Senzala” não tenha seus herdeiros, entre os quais Jessé Souza destaca Darcy Ribeiro, Glauber Rocha, Jorge Mautner e Caetano Veloso. Cada um no seu campo de atuação, esses pensadores formularam uma imagem do Brasil alternativa àquela que foi forjada pelo patrimonialismo e, por isso, são tratados por Jessé Souza como aliados estratégicos.

As reações da comunidade dos historiadores acadêmicos aos textos de Leandro Narloch e Jessé Souza costumam ser bem diferentes. Quando não é ignorado, Narloch é acusado de estelionato intelectual e negacionismo histórico. Alguns historiadores, como Renato Pinto Venâncio e Arthur de Lima Ávilla, se lançaram ao embate, desmontando ponto a ponto os argumentos de Narloch, mostrando como o “Guia” utilizou casos excepcionais de negociação e acomodação de interesses para negar a dimensão violenta e opressora que atravessa a história do Brasil. “A elite do atraso” teve acolhida mais calorosa, o que não significa ausência de críticas, como aquelas que foram feitas por Marília Amorim, que questionou a leitura que Jessé Souza fez de autores como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. Não tenho interesse em engrossar os aplausos e os gritos de protestos da corporação, nem tampouco avaliar o mérito das teses desenvolvidas por Leandro Narloch e Jessé Souza. Meu objetivo é outro: quero saber por que venderam tanto. A resposta, acredito, passa pela estratégia discursiva mobilizada pelos autores, alicerçada em enunciados explicativos de síntese. Mas o que significa escrever uma síntese histórica?

2. A síntese na história da historiografia disciplinar

A fundação da historiografia científica é marcada por um projeto de síntese que chamo aqui de “síntese historicista”. Os tratados de fundação são claros na elaboração de um esforço de síntese acionado para justificar a delimitação do conhecimento histórico como disciplina autônoma. Tomemos como exemplos o “Sobre a tarefa do historiador” de Humboldt e o “Conceito de história universal” de Ranke, publicados, respectivamente, em 1821 e 1831. Ambos os autores se esforçam em definir um campo de competência específico à história, distinguindo-a de outras áreas do conhecimento, especialmente da filosofia. O filósofo operaria no plano da abstração, da mera especulação, das generalizações abusivas. A filosofia “dita um objetivo aos eventos, e, assim, esta busca por causas finais, sejam elas deduzidas da essência da natureza ou do próprio homem” (HUMBOLDT, 2010: p 91). Já o historiador é vocacionado ao específico, à pesquisa nos arquivos, à “investigação documental pormenorizada e aprofundada” (RANKE, 2010: p. 2016).

Mas que essa vocação ao específico não seja confundida com o simples apego à factualidade, como fez parecer certa memória disciplinar forjada por aqueles que no século XX se esforçaram para silenciar o legado das escolas históricas oitocentistas (RHODES, 1990). A

factualidade, entendida como o reino dos eventos específicos, únicos e irrepetíveis, é tratada tanto por Humboldt como Ranke como a via de acesso às totalidades processuais. Ranke afirma que o conhecimento histórico deve tomar a forma de um “estudo pragmático”, cujo objetivo é desvelar o nexo causal que conecta os eventos humanos num sentido histórico a ser induzido a partir da crítica das fontes. Para Humboldt, a verdade histórica tem duas dimensões: a verdade aparente e a verdade essencial. A verdade aparente é factual, descritiva, possível de ser conhecida no contato com as fontes. Já a verdade essencial demanda exercício de abstração intuitiva, capacidade imaginativa que se não é da mesma ordem da imaginação poética é algo semelhante. Conhecer a verdade essencial seria a grande tarefa do historiador. Se ficar restrito ao plano da verdade aparente, o historiador não completaria seu trabalho, limitando-se à condição de mero cronista. A verdade essencial se refere ao lugar do particular no todo, do fato no processo histórico.

[exigências ao trabalho dos historiadores] Compreensão da totalidade. Tanto como o indivíduo e como o nexo de uma coisa com a outra, finalmente, existe também a totalidade. Trata-se de algo vivo, e assim apreendemos sua manifestação: nós percebemos a sequência das condições que tornam um fator impossível por intermédio do outro. Mas isso não é suficiente, há aí uma totalidade, há um vir-a-ser, um ser-eficiente, um fazer-se valer, um desvanecer-se. Essa totalidade é tão certa como cada manifestação em cada fator. (RANKE, 2010: p. 212)

A verdade do acontecimento baseia-se na complementação a ser feita pelo historiador ao que chamamos anteriormente de parte invisível do fato. Visto por esse lado, o historiador é autônomo, e até mesmo criativo; e não na medida em que produz o que não está previamente dado, mas na medida em que, com sua própria força, dá forma ao que realmente é, algo impossível de ser obtido sendo meramente receptivo. De um modo diverso ao do poeta, mas ainda assim mantendo semelhanças com ele, o historiador precisa compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos. (HUMBOLDT, 2010: p. 83)

Tanto Ranke como Humboldt partem da premissa de que a “totalidade” se manifesta em cada ação humana, cabendo ao conhecimento histórico a revelação dessa manifestação. Trata-se de um projeto de história factual, mas o fato não é apenas a particularidade, pois cada evento traria em si uma síntese da totalidade processual. É assim que a síntese historicista articula fato e processo, especificidade e totalidade.

No final do século XIX, à luz das discussões teóricas propostas pelos sociólogos, outro projeto de síntese foi formulado pelos historiadores, principalmente os franceses. A “síntese sociológica” tão identificada à mais que conhecida “Escola dos *Annales*” ganhou seus primeiros contornos mais sólidos no livro “A síntese em História”, escrito por Henri Berr e publicado pela primeira vez em 1911, num momento em que a identidade disciplinar da historiografia

estava sendo disputada no debate público francês. Já nas primeiras páginas do livro, o autor argumenta que o século XIX foi o “momento da história”, mas que muito ainda havia a se fazer no sentido do fortalecimento da disciplina, “pois as ciências naturais criaram métodos precisos e eficazes; apoiam-se mutuamente e os resultados combinam-se em sínteses que tomam um caráter cada vez mais positivo. As ciências históricas estão longe deste avanço”. (BERR, 1946: p. 05)

Para Berr, a historiografia erudita do século XIX não foi capaz de elaborar procedimentos metodológicos que justificassem seu ingresso no universo das ciências estabelecidas. Os critérios que o autor mobiliza para definir essa cientificidade ideal são os das ciências naturais, cujos resultados seriam apresentados na forma de sínteses. A cientificidade estaria justamente na capacidade de determinado campo do conhecimento em desenvolver teses de validade geral. A ênfase no específico, segundo Berr, comprometia o estatuto científico da historiografia erudita oitocentista.

Depois de ter condenado as formas da história que agradavam ao público, e onde este encontrava prazer e, por vezes, proveito, os historiadores “científicos”, eram acusados de não ter lhe dado em troca senão documentos, fatos, monografias; senão uma inútil macaqueação da ciência. É natural que o público os acuse de esterilidade ou, pelo menos, de desinteresse em seu trabalho inútil e se atire sobre as obras que fornecedores espertos produzem para lhe agradar. (BERR, 1946: p. 5)

Os historiadores profissionais estariam em descrédito no debate público francês do início do século XX porque somente eram capazes de coletar fontes e escrever monografias. Faltava, na avaliação de Berr, análise, interpretação, imaginação e toda sorte de procedimentos que fizessem da história um conhecimento vivo e não apenas um estudo morto e enfadonho. Os “fornecedores espertos” perceberam a insatisfação geral com os estudos monográficos e aproveitaram a oportunidade para produzir um tipo de conhecimento que atendesse às demandas do grande público. Henri Berr estava convencido que essas demandas não eram incompatíveis com a busca pela cientificidade, já que a cientificidade residiria no exercício da síntese e na negação do particularismo monográfico. Berr tem o cuidado de distinguir três tipos de síntese: a síntese erudita, a síntese filosófica e a síntese científica.

A síntese erudita, que Henri Berr atribuiu à “escola de Foustel de Coulanges”, consiste no exercício da pesquisa, do levantamento de materiais e “no estudo de trabalhos anteriores bem como o de fontes originais” (BERR, 1946, p. 17). Mas como seria errado confundir pesquisa empírica com ciência, Berr acusa a insuficiência da síntese erudita, “pois uma ciência

tão complexa não se faz apenas arrolando manuscritos antigos” (IDEM). A pesquisa é apenas o primeiro passo da operação e o historiador não pode se contentar em ser um erudito especializado em singularidades, já que “a história compõe-se de uma multidão de pequenos fatos; mas o pequeno fato, por si próprio, não é a história”. (BERR, 1946: p. 27) A crítica de Berr às monografias históricas não significa o simples elogio às generalizações. O autor faz questão de deixar claro que a “síntese científica” é diferente da “síntese filosófica”, pois o filósofo

segue a marcha *a priori* do plano do mundo, plano que lhe é claro, sem que tenha absolutamente necessidade da ajuda da história; e se faz uso da história não é para lhe pedir demonstração do que quer que seja é apenas para confirmar por exemplos e utilizar no mundo real da história o que já foi compreendido sem o auxílio desta. (BERR, 1946: p. 29)

Outros seriam os objetivos da síntese científica. Se é verdade que a função da ciência histórica seria lançar luz sobre as leis gerais que condicionam o funcionamento das sociedades humanas, é igualmente verdadeiro que isso não poderia ser feito por um exercício analítico meramente especulativo. A síntese científica somente seria possível após cuidadosa pesquisa empírica e “atento estudo às particularidades históricas”. O estudo do particular, das diversas particularidades, é o que garante cientificidade da síntese, o que faz com que a síntese científica não seja tão somente resultado de um pensamento meramente abstrato.

Como podemos perceber, há algumas semelhanças entre o projeto de síntese formulado pelos fundadores da disciplina e o projeto de síntese histórica idealizado por Henri Berr: leis gerais movimentam o processo histórico (para os historicistas) ou condicionam o funcionamento das estruturas sociais (para Henri Berr). Ainda que os fenômenos históricos sejam diferentes uns dos outros, a existências das leis gerais garantiriam alguma continuidade em meio às transformações históricas. Conhecer essas leis seria o objetivo do historiador. Essas premissas atravessaram o atlântico e pautaram o pensamento social brasileiro⁴. Os ecos dessa inspiração chegaram a Leandro Narloch e Jessé Souza.

⁴ Em um artigo publicado recentemente, Thiago Tolentino examina a história da categoria “pensamento social brasileiro”. Em um esforço genealógico que inicia no século XIX, o autor demonstra as diversas transformações que no correr do tempo alteraram o significado da expressão. É interessante perceber como a partir dos anos 1960, à luz do processo de institucionalização dos cursos de ciências sociais nas universidades, a categoria “pensamento social brasileiro” passou a remeter aos intelectuais que na primeira metade do século XX interpretaram o Brasil em chave macrosociológica. “Assim, haveria os pensadores sociais históricos, que interpretariam o país em chave macro, e os cientistas sociais atuais, que praticariam alguma das disciplinas mencionadas” (TOLENTINO, 2019, p. 361).

Na década de 1960, Antonio Candido foi um dos primeiros analistas a dizer que o “ensaísmo”, tradição intelectual considerada hegemônica no pensamento social e histórico brasileiro nas décadas iniciais do século XX, tinha na síntese interpretativa sua principal característica. Síntese seria “a organização do argumento em explicações totalizantes desejosas de desvelar o sentido maior que atravessa a história nacional” (CANDIDO, 2000: p. 32). A hipótese de Candido foi seguida por estudiosos que posteriormente se dedicaram à análise da história intelectual brasileira, como Roberto Ventura (1991), Angela de Castro Gomes (2009), André Botelho (2010), Fernando Nicolazzi (2016), entre outros. Esses autores estudaram os escritos de intelectuais que entre o final do século XIX e a década de 1930 interpretaram a experiência nacional brasileira. Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Rocha Pombo, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, Gilberto Freyre se debruçaram sobre “caráter nacional”, desenvolvendo explicações totalizantes que pretendiam iluminar as condições do progresso e do atraso do país e as características fundamentais do tipo social brasileiro. Tudo de acordo com as teorias e procedimentos metodológicos que na Europa estavam sendo definidos como fundamentais para qualquer estudo social que se pretendesse científico. Os critérios de cientificidade estavam baseados em um princípio fundamental: as sínteses eram cientificamente superiores aos estudos monográficos e especializados. Por isso, os intelectuais brasileiros dessa geração criticaram a geração anterior, formada por letrados vinculados ao IHGB, acusada de ser “excessivamente erudita, monográfica e inadequada a qualquer projeto de modernização” (GOMES, 2009: p. 52). Para esses autores, “síntese” significava “o aprimoramento da erudição arquivística já bastante consolidada desde a geração romântica compassado com a exigência cada vez mais premente colocada aos historiadores para se elevar essas operações ao plano conceitual, reflexivo, teórico, ou, como se pretendia, generalista” (DETONI, 2003: p. 17). A semelhança com a “síntese científica” proposta por Henri Berr não é mera coincidência. Os ventos epistemológicos que nos primeiros anos do século XX sopraram na Europa chegaram também ao Brasil, colocando a síntese científica como um projeto para a nova geração de estudiosos da realidade brasileira, aqueles que eram movidos pelo “bando de ideias novas”, para utilizar a expressão consagrada por Sílvio Romero.

Como adverte Fábio Franzini (2011), é necessário algum cuidado antes de levarmos às últimas consequências a ideia de que os “ensaístas” romperam completamente com as tradições

epistemológicas que animaram a tradição anterior. Já Fernando Nicolazzi chama atenção para o fato de que o ensaísmo pertence ao regime historiográfico da Primeira República, tendo sido alimentado por uma “experiência geracional de impasse e de desorientação temporal” (NICOLAZZI, 2016, p. 91). Porém, isso não quer dizer que a ruptura com o regime historiográfico anterior tenha sido total. O vínculo entre as duas gerações está, na interpretação de Nicolazzi, na busca pela síntese explicativa, cujas origens no Brasil remeteriam “à noção oitocentista de história filosófica, deslocando os elementos definidores da erudição histórica, constituídos com muito custo desde a geração fundadora do IHGB, cerca de um século antes” (IDEM, p. 92).

O que parece já ter sido satisfatoriamente abordado pela bibliografia especializada é a ideia de que o esforço de síntese, seja ele qual for, promete explicações totalizantes capazes de orientar homens e mulheres no tempo histórico. É exatamente isso que fazem o “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” e o “A elite do atraso”, e muito bem feito, a julgar pelas cifras que os dois livros atingiram no mercado editorial. O Brasil é colocado em tela. Ou melhor: o atraso nacional é tomado como questão fundamental a ser explicada, esclarecida, o que é algo bastante atrativo quando o mundo parece desabar, com instituições derretendo, crise econômica se avolumando e consensos estabelecidos sendo implodidos.

O que somos? Por que estamos assim? Qual é a origem dos nossos problemas? Cada qual de seu jeito, Narloch e Souza apresentam respostas para essas perguntas. O interesse do leitor não especializado nesse tipo de texto é se entreter, se informar e, principalmente, se situar no tempo, entender por que as coisas são como são, elaborar aquilo que Jorn Rüsen chamou de “sentido histórico”. Não é apenas a “leveza do texto”, nem somente a “propaganda da indústria cultural”. É necessário evitar a tentação de tratar o leitor não especializado como alguém manipulado e desejoso de facilidades para enxergá-lo como alguém que dotado de interesses epistemológicos. Para atender a esse tipo de demanda são estratégicos os enunciados explicativos que evoquem a concretude da vida ordinária ao conectar eventos em narrativas totalizantes dotadas de sentido. Em um esforço de síntese histórica cuja ancestralidade nos remete ao século XIX, Narloch e Souza se debruçam sobre aquilo que acreditam ser o essencial, o perene que atravessa a história nacional de cabo a rabo.

3. Conclusão

Meu segredo para entender certos temas da história do Brasil não está em livros secretos, que só eu conheço. Uso quase sempre os mesmos que os bons professores universitários usam. Só resgato um ou outro do esquecimento, aprofundo alguns assuntos pelo exame das fontes, e aplico-lhes um olhar pessoal, moral, filosófico. Muitas vezes o acadêmico sério foca demais num tópico deveras recortado, o que é ótimo para o avanço das pesquisas, mas ruim para sua capacidade de análise geral. (...) O doutor em história é um técnico-colaborador que ajuda a ampliar o grau de certeza sobre um ou outro tópico, mas rara vez é intérprete generalista qualificado. Aliás, este é visto com desdém. Eu não ligo para deboches. Sou generalista mesmo, e acho que é tão importante para as ciências aquele que consegue adquirir muitos conhecimentos de variada fonte para ordená-los, interpretá-los em conjunto, dar-lhes um sentido comum, quanto aquele que descobre um detalhe microscópico do fio de cabelo do cavalo de Napoleão. Aliás, este me parece mais um auxiliar daquele do que qualquer outra coisa, então não sei explicar por que o prestígio de um em relação ao outro está tão invertido (NOGUEIRA, 2018).

As palavras são de Rafael Nogueira, “historiador colaborador” do “Brasil Paralelo”, empresa de produção de conteúdo intelectual que vem se destacando no debate público brasileiro pela voracidade com a qual nega teses já estabelecidas pela historiografia acadêmica. Nogueira não rejeita o trabalho dos historiadores acadêmicos. Ele diz que lê os mesmos textos que os “bons professores universitários”. A diferença estaria no movimento analítico posterior à leitura. Enquanto os historiadores acadêmicos se mantêm focados em “tópicos deveras recortados”, ele, o historiador que deseja conquistar grandes públicos, reúne as leituras e os dados em um “esforço de análise geral”. Rafael Nogueira demonstra conhecer a resistência dos historiadores acadêmicos a qualquer esforço de síntese explicativa. Tentei demonstrar que nem sempre foi assim e que os critérios de cientificidade compartilhados pela comunidade acadêmica se transformam com o passar dos anos. Houve um tempo em que a cientificidade do conhecimento histórico esteve diretamente relacionada à capacidade dos historiadores em produzirem sínteses explicativas.

No caso da historiografia brasileira, a interdição da síntese aconteceu concomitantemente ao longo processo de institucionalização universitária iniciado na década de 1930, com a fundação das primeiras universidades (FERREIRA, 2016), e concluído na década de 1970, com a criação do sistema nacional de Pós-Graduação (ARAUJO, 2016; OLIVEIRA, 2018). Isso aconteceu porque a institucionalização universitária dos estudos sociais brasileiros foi marcada pela inflexão epistemológica que alterou os critérios de cientificidade tais

como foram delineados no final do século XIX. A segunda metade do século XX colocou as metanarrativas modernas sob suspeição (LYOTARD, 2009), levando a síntese sociológica ao descrédito. É a tal da fragmentação das escalas de análise de que tanto já nos disseram autores como François Dosse (2004) e Jacques Revel (1998). O “fim do tempo das sínteses”, para utilizar as palavras de Mateus Pereira (2011), foi o ambiente onde se deu a institucionalização dos estudos sociais universitários no Brasil. A prova disso é que as ciências sociais universitárias produziram uma memória disciplinar segundo a qual os “intérpretes do Brasil”, praticantes de sínteses explicativas, representariam um estágio inferior no processo de evolução da inteligência nacional. Essa memória disciplinar está atravessada por um movimento de reorientação epistemológica que “consolidou a adoção de um novo padrão cognitivo definido prioritariamente no sentido da pesquisa empírica, que, ao lado da sua forma narrativa correspondente, a monografia científica, acabou por redefinir o lugar e o sentido do ensaio [e da síntese explicativa] na cultura brasileira” (BOTELHO, 2010: p. 47).

No que se refere aos desdobramentos desse processo na historiografia, Valdeci Araújo (2016) argumenta que institucionalização universitária teve efeitos diversos. Por um lado, possibilitou o surgimento de uma comunidade acadêmica pujante, cuja qualidade de sua produção é internacionalmente reconhecida. Por outro lado, a especialização disciplinar, a burocratização das métricas de avaliação e as exigências de produtividade produziram uma situação de relativo isolamento social, uma vez que é “cada vez mais improvável falar de uma disciplina história como um campo amplo de debate, o que certamente contribui para o enfraquecimento de um *ethos* profissional”. (ARAÚJO, 2016, p. 95)

A comunidade dos historiadores profissionais, portanto, tem interesses temáticos e procedimentos metodológicos bem definidos, possui um *ethos* específico e é dotada de grande capacidade de retroalimentação. Segundo esse *ethos* específico, as sínteses explicativas são abusivamente generalistas e carecem de rigor científico, não devendo ser praticadas por historiadores que desejam gozar de alguma credibilidade entre seus pares. Mas o “fim das sínteses” não chegou para todos. Ao abrir um livro que acredita ser de história, o leitor não especializado busca, entre outras coisas, uma boa explicação capaz de iluminar o caos existencial típico de uma sociedade colapsada. Os acadêmicos, em geral, não oferecem essa explicação. Não oferecem porque não consideram a síntese explicativa como procedimento científico adequado. Mas como espaços não ficam vazios, “fornecedores espertos” não se constroem em atender a

demanda do grande público, e assim vão ganhando terreno na disputa pela imaginação histórica coletiva. Rafael Nogueira que o diga.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

BRASIL PARALELO. *Entrevistas*. <https://www.youtube.com/watch?v=a8U5XiDcXB0>. Consultado em 21 de janeiro de 2020.

BERR, Henri. Erudição, filosofia da história e síntese. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010. pp. 411-465.

_____. *A síntese em história*. SP: Renascença, 1946.

CARVALHO, José Murilo de. *O pecado original da República*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Editora Planeta, 2009.

_____. 1822. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2010.

_____. 1889. São Paulo: Editora Globo, 2013.

HARARI, Yuval Noah. *Homo sapiens: uma breve história da humanidade*. São Paulo: Editora LP& M Pocket, 2018.

_____. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HUMBOLDT, Wilhelm von. (apresentação de Pedro Caldas). Sobre a tarefa do historiador. In: MARTINS, Estevão Rezende. *História repensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Editora Contexto, 2010. pp. 71-100.

LYOTARD, François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio ed, 2009

MARTIUS, Karl Friedrich von. Como se deve escrever a história do Brasil. IN: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (ORG). *Livro de Fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010. pp. 61- 94.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Ed. Leya, 2009.

RANKE, Leopold von. (apresentação de Sérgio da Mata). O conceito de história universal. In: MARTINS, Estevão Rezende (ORG). *História repensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Editora Contexto, 2010. pp. 187-216.

RHODES, R. C. E. *Durkheim and the historical thought of Marc Bloch*. Theory and Society, n1, jan/1978. Amsterdam/Londres/Nova York: Elsevier.

SANTOS, Thomas Giulliano Ferreira. *O que é um historiador?* Produção Brasil Paralelo

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Editora Leya, 2017.

Vídeo publicado pela Secretaria de Comunicação do governo brasileiro em 31 de março de 2019. Consulta em 04 de junho de 2019. https://www.youtube.com/watch?v=4qtyo_ZiIOA

Referência bibliografia específica

ALBIERI, Sara; GLEZER, Raquel. O campo da história e as 'obras Fronteiriças': algumas observações sobre a produção historiográfica Brasileira e Uma Proposta de Conciliação. *Revista IEB*, no. 48: 13-30, 2009.

AMORIM, Mariana. A elite do atraso: livro importantíssimo e problemático. *Conversa afiada*, 09/05/2018. <https://www.conversaafiada.com.br/cultura/a-elite-do-atraso-e-importantissimo-mas> Consultado em 04/12/2019

ARAUJO, Valdeci Lopes de. O regime de autonomia avaliativo no sistema nacional de pós-graduação e o futuro das relações entre historiografia, ensino e experiência histórica. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, V. 23. N. 44. pp. 85-110. Dezembro de 2016.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos. *Café História - história feita com cliques*. Publicado em 29 de abril de 2019. Publicado em 29 abr. 2019. <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/> Acesso em 29 de novembro de 2019.

BRAGA, Ruy. Terra em Transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In. LOUREIRO, Isabel; SINGER, André (ORGS). *As contradições do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 55-92.

BOTELHO, André. *Passado e futuro das interpretações do Brasil*. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CHALOUB, Jorge; PERLATO, Fernando. *A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política*. *Insight Inteligência*, ano XIX, no. 72, p. 24-41, jan./fev./mar. 2016.

DETONI, Piero. *A síntese como desafio historiográfico na Primeira República*. *Pequenos estudos de caso*. Dissertação de Mestrado. UFOP, 2013.

DOSSE, François. *História em Migalhas: dos annales à Nova História*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.

FERREIRA, Marieta Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (ORG). *Estudos sobre escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006. p. 139-161.

FRANZINI, Fabio. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia. In: PEREIRA DAS NEVES, Lucia. M. B; GUIMARÃES, Lucia. M. P; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2011.

GOMES, Ângela de. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da historiografia*, 2014, n. 15, p. 27-50.

MIGUEL, Luís Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas: o historiador público em um mundo não linear. *Revista Maracanan*. p. 18-34. 2018.

_____. Raízes do Brasil e o ensaio histórico: da história filosófica à síntese sociológica (1836-1936). *Revista Brasileira de História*, 2016. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 73, 2016.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O significado do conceito “corrupção” na semântica política da crise brasileira (2013-2016). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 379-408, dez. 2018.

_____. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia*, v. 01, p. 127-222, 2018.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de comissão da verdade (2012-2014). *Varia História* 31 (57 (set-dez), 2015. pp. 853-902.

_____. Fim do tempo das sínteses? Questões a partir da perspectiva de Mircea Eliade em História das Crenças e das Ideias Religiosas (1976-1983): um “estudo de caso” como motivo à reflexão teórica e metodológica. *Revista Fenix*. Vol. 8. Ano 2, 2011.

PINHA, Daniel. *Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira*. *Revista Maracanan*. N. 8. 2018.

REMOND, Renné. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RÜSEN, Jörn. *Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história*. história da historiografia. Número II, março de 2009.

SINGER, André. *Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas*. Novos Estudos, nº 97, novembro de 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TOLENTINO, Thiago Tito Lenine. Pensamento social brasileiro em perspectiva histórica: teoria e crítica. *História da Historiografia*. V. 12. n. 31, sete-dez, ano 2019, pp. 338-379.

VENÂNCIO, Renato Pinto. O incorreto no guia politicamente incorreto da história do Brasil. *HH Magazine*, 09/11/2018. <https://hhmagazine.com.br/o-incorreto-no-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/> consultado em 28/11/2019

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. 1870- 1914. SP: Companhia das Letras, 1991.

Rodrigo Perez Oliveira: Nasceu no Rio de Janeiro em 30/01/1986, é historiador, tendo se formado na educação pública das primeiras letras ao doutorado. Vivendo em Salvador desde 2017, onde atua como professor de Teoria da História na Universidade Federal da Bahia, o autor pesquisa a história do pensamento político brasileiro e os usos do passado no texto historiográfico e nas narrativas políticas, temas que foram explorados nos livros “As armas e as letras: a Guerra do Paraguai na memória oficial do Exército brasileiro”, publicado pela editora Multifoco em 2013, e “Conversas sobre o Brasil: ensaios de síntese histórica”, pela editora autografia em 2017.

Artigo recebido para publicação em: Março de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: Abril de 2020.

Como citar:

PEREZ, Rodrigo. Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019). *Revista Transversos*. “Dossiê: **Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática**”. Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp. 64-85. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.49519.

